



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RAQUEL ALENCAR BENÍCIO LIMA

**ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E
PAIS SURDOS: SITUANDO DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

RAQUEL ALENCAR BENÍCIO LIMA

**ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E
PAIS SURDOS: SITUANDO DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Benício Lima, Raquel Alencar.

Acessibilidade de comunicação entre professores
ouvintes e pais surdos : situando desafios e estratégias /
Raquel Alencar Benício Lima. - 2026.

36 p.

Orientador(a): Francisca Melo Agapito.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, 2026.

1. Comunicação Inclusiva. 2. Surdez. 3. Família e
Escola. I. Agapito, Francisca Melo. II. Título.

RAQUEL ALENCAR BENÍCIO LIMA

**ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E
PAIS SURDOS: SITUANDO DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 16 / 01 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

1º Examinadora: Profa. Dra. Rita Maria Gonçalves de Oliveira
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

2º Examinadora: Profa. Ma. Simone Regina Omizzolo
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Dedico este trabalho aos meus pais, Arnaldo Benício e Abesilene Benício, que nunca deixaram de acreditar em mim e sempre me incentivaram a seguir em frente.

E, de forma muito especial, ao meu esposo Brenno Lima e à minha filha Ana Liz, que foram minha base, minha força e minha maior motivação ao longo de toda esta trajetória. Esta conquista também é de vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que foi o meu sustento em cada etapa desta caminhada. Em todos os momentos, nos dias de cansaço, nas noites de estudo, nas incertezas e nos medos, foi Ele quem me manteve de pé, renovando minhas forças e fortalecendo minha fé. Quando pensei em desistir, foi a Sua presença que me levantou e me mostrou que eu era capaz de continuar. Cada conquista alcançada carrega a marca do Seu cuidado e da Sua fidelidade.

Aos meus pais, Arnaldo Benício e Abesilene Benício, que sempre foram a minha base e o meu porto seguro. Nunca deixaram de acreditar em mim e sempre me incentivaram a seguir em frente, mesmo quando os desafios pareciam maiores do que as minhas forças. Ao meu pai, Arnaldo Benício, de forma muito especial, agradeço por cada palavra de ânimo, por cada conselho e por nunca ter permitido que eu desistisse dos meus sonhos. Sua confiança em mim, mesmo nos momentos mais difíceis, foi um dos maiores motivos para que eu continuasse. À minha mãe, Abesilene Benício, minha eterna gratidão por todo amor, dedicação e apoio incondicional. Em muitos momentos, você cuidou da minha filha para que eu pudesse ir à universidade, estudar e cumprir minhas responsabilidades acadêmicas. Seu cuidado e sua presença foram fundamentais para que este sonho se tornasse realidade.

Ao meu esposo, Brenno Lima, meu companheiro de vida e de caminhada, deixo aqui o meu mais profundo agradecimento. Desde o início desta jornada você esteve ao meu lado, me apoiando, me incentivando e acreditando em mim até mesmo quando eu mesma duvidava. Você me acompanhou em cada etapa, me ajudou em inúmeros trabalhos, esteve presente nos dias mais difíceis e nunca me deixou desistir. Você foi meu suporte, minha força e meu maior incentivo.

À minha filha, Ana Liz, que foi o maior presente que a universidade me deu. Mesmo tão pequena, você foi minha maior fonte de amor, força e inspiração. Cada sorriso seu renovava minhas energias e me lembrava todos os dias por que eu precisava continuar. Esta conquista também é sua.

À minha orientadora, Professora Dra. Francisca Melo Agapito, agradeço pela acolhida,

pela dedicação e pelo compromisso. Mesmo com o tempo reduzido, não desistiu de mim, acreditou no meu potencial e me acompanhou com paciência, cuidado e profissionalismo durante toda a construção deste trabalho. Suas orientações, sua sensibilidade e seu incentivo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória. Esta conquista não representa apenas a conclusão de um curso, mas a realização de um sonho construído com fé, amor, apoio e perseverança. Cada pessoa que esteve ao meu lado foi essencial para que este momento se tornasse realidade.

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Boaventura de Sousa Santos, 2003, p. 56).

RESUMO

A comunicação é um fator essencial para a vida de todos e todas em sociedade, no caso de pessoas surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a comunicação se concretiza por meios desta língua, contudo, muitas pessoas ouvintes desconhecem as características desta e não são fluentes e no contexto educacional esta situação ainda se repete. Neste sentido, este artigo teve como objetivo geral analisar desafios e estratégias na efetivação de uma comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos. Para tanto, o embasamento teórico se deu por meio de autores da área da educação inclusiva, tais como Sassaki (1997), Quadros (2004) e outros relevantes para a temática, além de legislações que asseguram a Libras como meio de comunicação e informação, para esta parcela da população. No âmbito metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica, qualitativa e os dados gerados foram analisados à luz da análise descritiva. Os resultados alcançados demonstram que há desafios enfrentados nesse processo, para professores ouvintes, assim como para surdos que não tem assegurada a acessibilidade de comunicação. Assim, são necessárias estratégias que possam favorecer uma interação eficaz e empática, pois, a comunicação acessível é essencial para fortalecer o vínculo entre escola e família, garantir o acompanhamento pedagógico dos alunos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Comunicação inclusiva. Surdez. Família e escola.

ABSTRACT

Communication is an essential factor in the lives of everyone in society. In the case of deaf people, users of Brazilian Sign Language (Libras), communication is achieved through this language. However, many hearing people are unaware of its characteristics and are not fluent, and this situation is still repeated in the educational context. In this sense, this article aimed to analyze challenges and strategies in achieving inclusive communication between hearing teachers and deaf parents. To this end, the theoretical basis was provided by authors in the field of inclusive education, such as Sasaki (1997), Quadros (2004), and others relevant to the topic, as well as legislation that ensures Libras as a means of communication and information for this segment of the population. Methodologically, bibliographic and qualitative research was used, and the data generated were analyzed using descriptive analysis. The results show that there are challenges faced in this process, both for hearing teachers and for deaf people who do not have guaranteed communication accessibility. Therefore, strategies that foster effective and empathetic interaction are necessary, as accessible communication is essential to strengthen the bond between school and family, ensure the pedagogical support of students, and promote a truly inclusive education.

Keywords: Inclusive communication. Deafness. Family and school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	— Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
dB	— Decibel
Hz	— Hertz
LBI	— Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Libras	— Língua Brasileira de Sinais
PPGEPE	— Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas
SciELO	— Scientific Electronic Library Online
SIGAA	— Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TCC	— Trabalho de Conclusão de Curso
UFMA	— Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	— Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMUNICAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	16
3 DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E PAIS SURDOS.....	19
4 METODOLOGIA	23
5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A COMUNICAÇÃO INCLUSIVA: O QUE OS DADOS REVELAM.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS.....	36

ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E PAIS SURDOS: SITUANDO DESAFIOS E ESTRATÉGIAS¹

Raquel Alencar Benício Lima²

Francisca Melo Agapito³

RESUMO

A comunicação é um fator essencial para a vida de todos e todas em sociedade, no caso de pessoas surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a comunicação se concretiza por meios desta língua, contudo, muitas pessoas ouvintes desconhecem as características desta e não são fluentes e no contexto educacional esta situação ainda se repete. Neste sentido, este artigo teve como objetivo geral analisar desafios e estratégias na efetivação de uma comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos. Para tanto, o embasamento teórico se deu por meio de autores da área da educação inclusiva, tais como Sassaki (1997), Quadros (2004) e outros relevantes para a temática, além de legislações que asseguram a Libras como meio de comunicação e informação, para esta parcela da população. No âmbito metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica, qualitativa e os dados gerados foram analisados à luz da análise descritiva. Os resultados alcançados demonstram que há desafios enfrentados nesse processo, para professores ouvintes, assim como para surdos que não tem assegurada a acessibilidade de comunicação. Assim, são necessárias estratégias que possam favorecer uma interação eficaz e empática, pois, a comunicação acessível é essencial para fortalecer o vínculo entre escola e família, garantir o acompanhamento pedagógico dos alunos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Comunicação inclusiva. Surdez. Família e escola.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade de comunicação, desempenha papel fundamental na construção de uma educação equitativa, garantindo o acesso e a participação ativa de

¹ Este texto contém acréscimos, para atender a alguns critérios e estar apto a ser utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Informamos que o objeto de pesquisa se manteve inalterado, não causando prejuízos quanto a investigação, permanecendo assim, alinhado a versão do evento a que foi submetido e apresentado.

² Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz -MA, email: raquelbenicio.rb@gmail.com.

³ Doutora em Ensino (Univates). Docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE/UFMA – Centro de Ciências de Imperatriz. Imperatriz-MA, E-mail: francisca.agapito@ufma.br

todos os envolvidos no processo educativo. Como afirma Sassaki (1997), inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência e outras condições e, simultaneamente, estas se preparam para assumir suas funções na sociedade. Dessa forma, assegurar uma comunicação acessível é essencial para que todos possam compreender, expressar-se e participar plenamente do contexto educacional.

Na relação entre professores ouvintes e pais surdos, esta dimensão assume ainda maior relevância, pois a ausência de canais comunicativos acessíveis compromete a interlocução e a cooperação necessárias, para o acompanhamento eficaz do desenvolvimento escolar dos alunos. Quando estes responsáveis são usuários de Língua Brasileira de Sinais (Libras), torna-se imprescindível que o processo comunicativo considere as especificidades linguísticas da comunidade surda, o que demanda tanto conhecimentos relativos a esta língua por parte dos profissionais da escola, quanto a presença de intérpretes de Libras, quando necessário.

O intérprete educacional, além de mediar linguisticamente as interações entre famílias surdas e profissionais ouvintes, atua garantindo que a informação circule de forma eficaz e ética, possibilitando que os pais compreendam plenamente as orientações, decisões pedagógicas e o percurso escolar dos filhos. Sua atuação, portanto, não se restringe à tradução, mas envolve compreensão de contextos educacionais, respeito à cultura surda e compromisso com a acessibilidade comunicacional, contribuindo para uma relação mais colaborativa e efetiva entre escola e família.

A escolha da temática deste artigo está diretamente relacionada à minha⁴ atuação profissional no contexto educacional e às reflexões construídas a partir de vivências no cotidiano escolar, na condição de auxiliar de sala, vivenciando as interações entre a professora ouvinte e uma mãe surda, usuária da Libras. Aspecto este que, trouxe reflexões sobre às práticas de inclusão e acessibilidade comunicacional, tornando-se um motivador para o desenvolvimento deste estudo. Nessa instituição, havia apenas uma professora fluente em Libras, circunstância que possibilitou, de forma inédita ao longo da trajetória escolar da filha dessa mãe, uma comunicação direta, acessível e efetiva. Tal situação evidenciou o impacto positivo da

⁴ Peço licença para usar o verbo na primeira do singular, neste trecho em que demarco minhas motivações, tendo em vista o atravessamento da temática com minhas vivências e atuação profissional.

acessibilidade comunicacional na relação entre escola e família, revelando sentimentos de acolhimento, pertencimento e participação por parte da família surda. Ao mesmo tempo, essa experiência expôs as limitações ainda presentes no ambiente escolar, marcadas pela escassez de profissionais com formação em Libras.

Agregado a isso, a escolha da temática também está diretamente vinculada ao percurso formativo desenvolvido ao longo da graduação em Pedagogia, no qual as discussões acerca da educação inclusiva, da acessibilidade e do direito à comunicação, estiveram presentes em diferentes componentes curriculares. Estes possibilitaram reflexões teóricas e críticas sobre inclusão, diversidade e formação docente, ampliando a compreensão acerca das barreiras comunicacionais enfrentadas por sujeitos surdos no contexto educacional.

Nesse processo, os estudos realizados favoreceram a articulação entre teoria e prática, contribuindo para o aprofundamento conceitual sobre a Libras, a comunicação inclusiva e o papel da escola na promoção de uma educação equitativa. Tais aprendizagens acadêmicas foram fundamentais para consolidar o interesse investigativo e justificar a relevância deste estudo no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ainda neste sentido, os aprofundamentos para a escolha desta temática são oriundos da construção que baseou-se em um levantamento bibliográfico desenvolvido no âmbito da disciplina Seminário Temático 3, cuja proposta metodológica, previa a elaboração de um artigo de revisão de literatura, como parte do processo de construção do TCC. Assim, a temática ocupa um lugar significativo na minha profissionalidade, por articular experiências da prática educacional com reflexões teóricas e compromissos éticos voltados à promoção de uma educação inclusiva, ratificando a pertinência e a relevância desta escolha para o campo acadêmico.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender a inclusão para além do acesso físico ao espaço escolar, considerando, sobretudo, as dimensões comunicacionais que possibilitam ou impedem a participação efetiva dos sujeitos. A exclusão, nesse contexto, manifesta-se de forma sutil quando a ausência de estratégias comunicacionais acessíveis impede que pais surdos compreendam informações, expressem demandas e acompanhem o percurso escolar de seus filhos. Assim, mesmo inseridos formalmente no ambiente escolar, esses familiares podem vivenciar processos de exclusão simbólica, decorrentes da falta de mediação linguística adequada.

Dessa forma, a comunicação inclusiva configura-se como elemento central para a superação de práticas excludentes, uma vez que promove o diálogo, o reconhecimento das diferenças linguísticas e a participação ativa dos pais surdos na vida escolar. Ao discutir inclusão e exclusão sob a perspectiva da acessibilidade comunicacional, este estudo contribui para ampliar o debate sobre a responsabilidade da escola em garantir condições equitativas de interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

A formação docente, neste contexto, é fator primordial para que haja a implementação de estratégias que promovam a comunicação acessível, valorizando a Libras como meio oficial de comunicação e garantindo também, a qualificação constante dos profissionais da educação. No ambiente escolar, a falta de conhecimentos por parte de professores ouvintes configura-se uma barreira significativa na relação com pais surdos, dificultando o acesso dessas famílias às informações sobre o desenvolvimento escolar de seus filhos, além de comprometer sua participação no processo educativo. A ausência de uma mediação comunicativa eficaz fragiliza a parceria entre escola e família, reduz a autonomia destes pais e limita sua atuação, enquanto agentes fundamentais no acompanhamento escolar dos filhos. Diante dessa problemática, emerge a questão que orienta a presente pesquisa: que desafios e estratégias tem se apresentado na efetivação de uma comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos?

Nesta ótica, este artigo tem como objetivo geral analisar desafios e estratégias na efetivação de uma comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos. Como desdobramentos arquitetamos os objetivos específicos: discutir sobre a comunicação inclusiva situando aspectos conceituais e legais; destacar desafios que emergem para a comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos e examinar a ocorrência de estratégias para acessibilidade comunicacional entre professores ouvintes e pais surdos, nas produções científicas.

Para as discussões desenvolvidas, este estudo apoiou-se em autores que contribuem significativamente para a compreensão da comunicação inclusiva e da educação de surdos, como Quadros (2004), que aborda a importância da Libras como língua legítima e estruturante da identidade surda; Lacerda (2005), que discute o papel do intérprete educacional; Sassaki (1997) e Saviani (2010), ao tratar da formação docente como elemento essencial, esta compreendida com a necessária articulação para a efetivação de práticas inclusivas. Do ponto de vista legal, o texto fundamenta-

se em documentos que asseguram o direito à acessibilidade comunicacional, tais como a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e garantindo a oferta de intérpretes de Libras em espaços educacionais. Estes marcos legais e referenciais teóricos sustentam a relevância da temática e reforçam a necessidade de práticas, que assegurem a participação efetiva de pais surdos, no contexto escolar de seus filhos.

No âmbito metodológico o presente trabalho foi construído por meio de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, fundamentada na busca por produções acadêmicas que discutem a comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos. A geração de dados foi realizada nas bases Google Acadêmico, SciELO, e CAPES Periódicos, utilizando os seguintes descritores: “comunicação inclusiva”, “pais surdos”, “educação inclusiva”, “Libras na escola” e “estratégias de inclusão comunicacional”. A análise se deu forma descritiva, permitindo identificar, categorizar e interpretar os principais temas recorrentes nas publicações selecionadas, com foco nas barreiras comunicacionais, nas estratégias utilizadas pelas escolas e na formação docente para o uso da Libras, na interlocução com pais surdos.

O artigo está organizado em seções. Após esta introdução, que apresenta a temática, a relevância do estudo e seus objetivos, a seção “Comunicação inclusiva: algumas considerações”, discute alguns conceitos relacionados à comunicação inclusiva, bem como fundamentos teóricos e legais que a sustentam. Em seguida, a seção “Desafios na comunicação entre professores ouvintes e pais surdos” discute a temática a partir de pesquisas sistematizadas apresenta um panorama de estudos acadêmicos que abordam a comunicação entre professores ouvintes e pais surdos, evidenciando avanços e lacunas. A seção “Desafios na comunicação entre professores ouvintes e pais surdos” aprofunda a análise das barreiras existentes no contexto escolar, destacando aspectos relacionados à formação docente, ausência de intérpretes de Libras e limitações institucionais. Na sequência, a metodologia descreve os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. Posteriormente, evidenciamos os resultados que reúne os principais achados identificados nas produções científicas analisadas. Por fim, as “Considerações Finais” retomam os objetivos propostos, sintetizam as contribuições

do estudo e apontam caminhos futuros para a prática e para novas pesquisas.

2 COMUNICAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação inclusiva fundamenta-se na garantia da equidade, no respeito às necessidades individuais de cada ser humano e na promoção do direito à aprendizagem de todos, conforme suas condições. Conforme Carvalho (2004, p. 79), esta envolve “igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais, melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem, melhoria das condições de trabalho dos educadores e maior participação das famílias e da sociedade”. Assim, a inclusão pressupõe ações coletivas que articulem escola, profissionais da educação, famílias e sociedade, visando à construção de práticas educativas mais justas, acessíveis e humanizadas.

Constituindo-se parte da inclusão, a efetivação de uma comunicação inclusiva é um direito humano fundamental que assegura a participação equitativa de todos os indivíduos nos espaços sociais, inclusive no âmbito educacional. Para Sassaki (1997), a comunicação inclusiva consiste em “eliminar barreiras na interação entre pessoas, garantindo que todos recebam e transmitam informações de maneira eficaz e compreensível”, destacando-a como elemento central para a inclusão social. De acordo com a UNESCO (2020), comunicação inclusiva refere-se a práticas comunicativas que consideram as diferentes necessidades linguísticas, sensoriais e culturais dos sujeitos, assegurando acessibilidade e respeito à diversidade.

A comunicação inclusiva desempenha papel central na garantia do acesso à informação e da participação efetiva dos sujeitos no contexto educacional. Segundo Costa (2024, p. 6) “a comunicação inclusiva tem como foco a compreensão que atinja variados públicos, estando disponível de forma acessível e igualitária”. Essa compreensão evidencia que práticas comunicacionais acessíveis são indispensáveis para fortalecer o diálogo entre escola e família, especialmente no caso de pais surdos, contribuindo para relações mais equitativas e para a consolidação de uma educação inclusiva.

A partir destes conceitos, compreende-se que a comunicação inclusiva não se restringe à disponibilização de recursos ou adaptações, mas envolve o compromisso ético e institucional de reconhecer e valorizar diferentes formas de expressão e compreensão. Assim, quando pensamos na relação entre professores ouvintes e pais

surdos, torna-se evidente que a ausência de acessibilidade comunicacional não apenas dificulta o compartilhamento de informações, mas também exclui esses sujeitos de processos decisórios, violando seu direito de participação plena no contexto escolar. No contexto escolar, a comunicação entre professores ouvintes e pais é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, mas quando os pais são surdos, surgem barreiras que exigem estratégias específicas e sensibilidade por parte dos profissionais da educação.

Nesse cenário, a comunicação inclusiva se torna uma ferramenta indispensável para a construção de vínculos entre a família e a escola, contribuindo diretamente para o sucesso escolar dos alunos e para o fortalecimento da confiança destes pais no processo educativo. Em conformidade com Vieira *et al.* (2025, p. 96), “a comunicação inclusiva emerge como uma estratégia fundamental para assegurar a participação de todos os indivíduos, levando em consideração suas diversas condições sociais, culturais e linguísticas”. Esta afirmação evidencia que a comunicação inclusiva não se limita ao repasse de informações, mas envolve a garantia de participação efetiva e diálogo acessível entre todos os envolvidos. Assim, práticas comunicacionais acessíveis tornam-se essenciais para promover relações escolares mais colaborativas e democráticas.

Nesse contexto, a Lei nº 10.098/2000 reforça a importância da acessibilidade comunicacional ao estabelecer, em seu Artigo 3º, que a eliminação de barreiras deve garantir o acesso à informação e à comunicação às pessoas com deficiência. Já o Artigo 17 determina a adoção de medidas que assegurem recursos e serviços de comunicação, incluindo intérpretes de Libras e meios alternativos de expressão, de forma a possibilitar a participação plena em diferentes espaços sociais (Brasil, 2000). Estas diretrizes evidenciam que a comunicação acessível não é apenas uma escolha institucional, mas uma obrigação prevista em lei, destinada a assegurar o direito de participação e o exercício da cidadania. Assim, ao considerar o ambiente escolar, torna-se evidente que práticas comunicacionais acessíveis devam ser implementadas, para garantir que todos os responsáveis tenham condições reais de acompanhar e interagir com o processo educativo de seus filhos, como também fortalecer o vínculo com a escola.

A comunicação inclusiva vai além da simples adaptação de meios e ferramentas; ela representa um compromisso ético e social com a equidade, o respeito às diferenças e a promoção da participação plena de todos os indivíduos. Em

contextos marcados por profundas desigualdades sociais, culturais e comunicacionais, garantir o acesso à informação e à expressão torna-se uma exigência fundamental, conforme assegura a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015, ao reconhecer a comunicação acessível como direito indispensável para o exercício da cidadania e participação social. Isso implica reconhecer e valorizar as múltiplas formas de comunicação, incluindo a Libras, o uso de legendas, áudio descrição, linguagem simples e tecnologias assistivas, bem como promover atitudes de escuta ativa e acolhimento à diversidade comunicacional (Brasil, 2015).

No ambiente escolar, por exemplo, a comunicação inclusiva é condição essencial para o fortalecimento do vínculo entre a instituição e as famílias, especialmente no caso de pais surdos usuários da Libras. Quando não há preparo dos profissionais para dialogar com estas famílias em sua língua natural e respeitar sua cultura, a sua participação se torna limitada, comprometendo os processos de inclusão e aprendizagem dos alunos. Por isso, é imprescindível que a comunicação inclusiva esteja integrada às políticas educacionais, à formação docente e às práticas institucionais.

A comunicação inclusiva destaca-se como um tema central nas atuais discussões sobre a participação equitativa de todas as pessoas na sociedade, independentemente de suas habilidades ou origens culturais e sociais. No campo da comunicação, a relevância desse tema se intensifica em um contexto no qual as desigualdades se manifestam de diversas formas. A construção de um ambiente comunicativo acessível e participativo se torna um objetivo comum entre teóricos e praticantes, que buscam desenvolver estratégias que integrem todos os indivíduos nas interações sociais, promovendo a diversidade e o respeito mútuo (Vieira et al., 2025, p. 97).

Nesse sentido, discutir comunicação inclusiva é também discutir cidadania, inclusão social e justiça. Reforçamos ainda que, trata-se de rever questões de exclusões históricas e sociais, buscando garantir que todos, sem exceção, tenham possibilidades equitativas de pleno acesso a comunicação, informação e conhecimento. É reconhecer, sobretudo, que a linguagem é um instrumento de poder e que seu uso, quando não acessível, pode reforçar exclusões. Essa compreensão torna-se ainda mais significativa no contexto educacional, especialmente quando se considera a relação entre professores ouvintes e pais surdos. Dito de outro modo, a ausência de acessibilidade comunicacional nessas interações pode dificultar o acesso às informações escolares, limitar a participação desses responsáveis nas decisões sobre o percurso educativo de seus filhos e enfraquecer a parceria com a escola.

Em síntese, a promoção da comunicação inclusiva deve ser compreendida como uma ação estratégica e indispensável para garantir a participação equitativa de todos nos diferentes espaços sociais, fortalecendo vínculos, assegurando direitos e promovendo práticas mais democráticas. No contexto educacional, essa compreensão revela-se fundamental para qualificar a relação entre escola e família e ampliar as possibilidades de participação efetiva. Diante dessa perspectiva, a próxima seção apresentará a discussão da temática a partir de pesquisas sistematizadas, evidenciando como a literatura acadêmica tem abordado essa problemática e quais elementos emergem como centrais nesse debate.

3 DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E PAIS SURDOS

Consideramos oportuno trazer ainda que forma breve a diferença entre surdez e deficiência auditiva, compreendendo que existem níveis e graus de perda auditiva. E para além, que as características que cada sujeito considera pertinente para sua vida em sociedade, pode levar a compreensão sobre sua condução em meio as relações sociais. Para tanto evocamos o exposto pelo Decreto nº 5.626/2005, ao trazer no capítulo I, Artigo 2º, as características de cada condição:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda: aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras;

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005).

A partir desta definição legal, evidencia-se que a diferença entre a pessoa surda e a pessoa com deficiência auditiva não se limita apenas ao grau da perda auditiva, mas envolve aspectos linguísticos, culturais e identitários. A pessoa surda é reconhecida como sujeito que se comunica prioritariamente por meio de experiências visuais e tem na Libras sua principal forma de expressão e interação social, constituindo-se como usuária dessa língua. Já a pessoa com deficiência auditiva, embora apresente perda auditiva mensurável, busca manter a comunicação predominantemente oral, muitas vezes com o uso de recursos, como aparelhos auditivos, cirurgias, não tendo necessariamente, a Libras como primeira língua. Esta

distinção é fundamental para o contexto educacional, pois permite compreender que as estratégias de comunicação e acessibilidade devem considerar as especificidades desses sujeitos, especialmente no que se refere aos usuários da Libras, cujas necessidades comunicacionais demandam reconhecimento linguístico e garantia de mediação adequada.

Nesse cenário, para pessoas surdas, que se caracterizam desta maneira, a Libras torna-se fundamental como meio legítimo de expressão e comunicação nas relações em sociedade. Reconhecida legalmente pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, esta língua configura-se, conforme a referida lei, da seguinte forma:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

A Libras é uma língua viva, com estrutura gramatical própria, que possibilita à pessoa surda expressar pensamentos, sentimentos e experiências, construindo sentidos e estabelecendo relações com o mundo de forma autônoma. Por meio dela, o surdo comunica sua identidade, compartilha saberes e participa ativamente da vida social. O reconhecimento legal da Libras representa um avanço importante, pois reafirma o direito das pessoas surdas de se comunicarem em sua língua e de serem compreendidas nos diferentes espaços sociais. Ao assegurar seu uso nos sistemas educacionais, na formação de professores ouvintes e no atendimento em serviços públicos, a legislação contribui para a promoção da acessibilidade comunicacional, fortalecendo práticas mais acolhedoras, dialógicas e inclusivas, que respeitam a singularidade linguística e cultural da comunidade surda.

A Libras constitui-se como uma língua plena, essencial para a comunicação, a construção de significados e a interação social das pessoas surdas. Nesse sentido, Honora (2009, p. 41) afirma que:

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de línguas. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de

sinais.

Essa compreensão reforça que a Libras é a língua natural de pessoas surdas, construída nas relações entre sujeitos surdos e marcada por complexidade, expressividade e regras próprias. Por meio dela, as pessoas surdas expressam pensamentos, sentimentos e vivências, constroem vínculos e afirmam sua identidade linguística e cultural. Reconhecer a Libras como língua legítima é reconhecer o direito das pessoas surdas de se comunicarem plenamente e de serem compreendidas em sua singularidade. No contexto educacional, essa valorização contribui para práticas mais humanas e inclusivas, ao favorecer o diálogo, a participação e o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade surda.

No âmbito legal, a LBI nº 13.146/2015 reforça o direito à acessibilidade comunicacional, estabelecendo que é dever do Estado garantir recursos como intérpretes de Libras, materiais bilíngues e formação de profissionais capacitados. A Libras é reconhecida como primeira língua da pessoa surda, enquanto o português escrito é ensinado como segunda língua. Esse modelo valoriza a identidade linguística e cultural da comunidade surda e permite que pessoas surdas aprendam de forma mais significativa e eficaz e tenham acesso a todo tipo de comunicação de forma coerente e com autonomia. Isto exprime dizer que, esta língua é oficializada, deve ser assegurada em distintos espaços para utilização de mediações comunicativas com pessoas surdas, valorizando assim o respeitando sua singularidade linguística e ainda oportunizando de forma fluída o acesso a comunicação de modo efetivamente inclusivo.

A comunicação entre professores ouvintes e pais surdos é essencial para o acompanhamento efetivo do desenvolvimento educacional dos alunos. Contudo, inúmeros obstáculos dificultam essa interlocução, entre os quais se destacam: a escassez de intérpretes de Libras nas instituições escolares, a insuficiente formação dos professores para a comunicação nesta língua e o baixo investimento governamental na capacitação destes profissionais. Diante deste contexto, a presença de intérpretes de Libras é crucial para garantir a acessibilidade comunicacional dos pais surdos, assegurando-lhes o direito de participar plenamente das atividades escolares e acompanhar o progresso dos filhos. O Decreto nº 5.626/2005, ao regulamentar a Lei nº 10.436/2002, reconhece este direito ao estabelecer a obrigatoriedade da oferta de intérpretes de Libras em instituições

públicas e privadas, reforçando seu papel fundamental na inclusão educacional e social da comunidade surda (Brasil, 2005).

A formação docente ainda não contempla de maneira consistente a realidade específica desses familiares, que enfrentam barreiras significativas ao interagir com a escola, como bem pontua Saviani (2010, p. 53), a:

formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associada a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado

Conforme aponta o exposto acima, a formação de professores deve garantir preparo teórico e condições adequadas de trabalho, que possibilitem uma prática pedagógica coerente com as demandas existentes, entres as quais situamos a inclusão, que deve perpassar todos as esferas sociais e educacionais. Nesse sentido, o domínio da Libras e a compreensão da cultura surda, tornam-se elementos indispensáveis para uma comunicação efetiva com estes pais.

No caso da educação inclusiva, tal preparo torna-se ainda mais relevante, uma vez que a ausência de formação específica compromete a qualidade da comunicação entre a escola e a família. Assim, o domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a compreensão da cultura surda configuram-se como elementos indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação efetiva com pais surdos, favorecendo sua participação ativa no acompanhamento da vida escolar dos filhos. Dessa forma, a formação docente alinhada às condições adequadas de trabalho contribui para a superação de barreiras comunicacionais e para a consolidação de práticas educacionais mais equitativas e inclusivas.

Neste contexto, Quadros et al. (2006) reforçam que o aprendizado da língua de sinais requer tempo e contato contínuo, e que formações superficiais comprometem o diálogo com os pais surdos, limitando sua participação no acompanhamento escolar dos filhos. De forma complementar, Chimentão (2009) entende a formação continuada como um processo permanente, o que evidencia a necessidade de investimentos contínuos na capacitação dos docentes, para garantir o respeito aos direitos linguísticos desse grupo cultural e linguístico minoritário.

Outro desafio recorrente refere-se à atuação do Intérprete de Libras, que

permanece majoritariamente restrita à atuação em sala de aula e ao apoio ao aluno surdo (Lacerda, 2005; Mendes, 2012). Pesquisas recentes demonstram que essa limitação gera impactos diretos na comunicação com as famílias. Streiechen, Lemke e Cruz (2019), apontam que a maioria dos relatos em seu estudo, destacava a dificuldade de comunicação entre a escola e as mães surdas, justamente pela ausência de profissionais tradutores e intérpretes capacitados para essa mediação. Assim, ampliar a atuação do Intérprete de Libras para os momentos de interação com pais surdos mostra-se fundamental, em particular, para promover inclusão e equidade, garantindo que esses familiares tenham acesso às informações e oportunidades de participação de forma efetiva na vida escolar de seus filhos.

Em suma, as reflexões apresentadas ao longo desta seção evidenciam que a comunicação entre a escola e as famílias surdas, ainda enfrenta barreiras que impactam diretamente, a participação e o sentimento de pertencimento desses familiares no cotidiano escolar. Quando a atuação do intérprete de Libras permanece limitada à sala de aula, mães e pais surdos acabam sendo afastados de informações, diálogos e decisões importantes sobre a trajetória escolar de seus filhos. Ampliar a presença do intérprete de Libras para os momentos de interação com as famílias, não se trata apenas de uma medida técnica, mas de um compromisso com a escuta, o acolhimento e o respeito às diferenças linguísticas. Neste sentido, garantir espaços de comunicação acessíveis é um passo fundamental para a construção de uma escola mais justa e inclusiva. A seguir, será apresentada a metodologia desta pesquisa, na qual se explicitam os caminhos percorridos e os procedimentos adotados para se buscar compreender as questões aqui discutidas.

4 METODOLOGIA

Esta seção tem o intuito de apresentar de forma nítida os procedimentos adotados na construção deste estudo. Neste sentido, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de produções acadêmicas que discutem a comunicação inclusiva.

A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, permitindo uma análise aprofundada e interpretativa das produções selecionadas, favorecendo a compreensão detalhada dos aspectos envolvidos no tema investigado.

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo (Neves, 1996, p. 1).

A partir da citação de Neves (1996), compreende-se que a pesquisa qualitativa se caracteriza por sua natureza dinâmica e flexível, permitindo ajustes ao longo do processo investigativo. Por não ter como objetivo mensurar ou quantificar fenômenos, esse tipo de abordagem prioriza a compreensão aprofundada das situações estudadas, valorizando os significados construídos pelos sujeitos e o contexto em que estão inseridos. A obtenção de dados descritivos torna-se um elemento essencial, pois possibilita ao pesquisador captar nuances e interpretações que não seriam identificadas por meio de instrumentos estatísticos. Dessa forma, essa perspectiva metodológica mostra-se adequada ao presente estudo, uma vez que permite explorar de maneira mais sensível e contextual os desafios e estratégias relacionados à comunicação entre professores ouvintes e pais surdos.

A revisão bibliográfica tem como propósito fundamentar a reflexão teórica do estudo, apoiando-se em materiais já publicados por diferentes autores que abordam a temática em questão. Nesse contexto metodológico, destaca-se a posição de Stumpf (2009, p. 51), ao considerar a pesquisa bibliográfica como:

Um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico.

Tal definição evidencia que a pesquisa bibliográfica não se limita à simples reunião de textos, mas envolve um processo sistemático e criterioso de identificação, seleção e organização das informações relevantes ao objeto de estudo. Trata-se, portanto, de uma etapa essencial para a construção do conhecimento científico, uma vez que permite ao pesquisador mapear o estado da arte sobre a temática, compreender diferentes perspectivas teóricas, reconhecer convergências e divergências entre autores e identificar lacunas que possam justificar novas investigações.

A elaboração deste estudo teve início com a busca e seleção de materiais relacionados à temática da comunicação entre professores ouvintes e pais surdos,

abrangendo livros, artigos científicos, dissertações, teses e outras produções acadêmicas disponíveis em meio digital. Essa etapa inicial possibilitou identificar como o tema vem sendo abordado por diferentes autores, bem como os principais métodos e enfoques empregados em pesquisas anteriores. A pesquisa bibliográfica também desempenhou papel fundamental na delimitação do estudo, contribuindo para a definição de recortes temáticos e de objetivos viáveis e coerentes com a proposta da investigação, evitando abrangências excessivas que poderiam comprometer a consistência da análise.

Após a seleção inicial, procedeu-se à organização e sistematização das informações por meio de fichamentos, o que facilitou a consulta, a comparação entre os estudos e a identificação daqueles mais pertinentes à temática. Esse processo possibilitou destacar autores de referência e pesquisas que apresentam maior contribuição para a compreensão da comunicação inclusiva no contexto escolar, especialmente no que se refere às interações entre docentes ouvintes e responsáveis surdos. A partir dessa sistematização, realizou-se uma leitura crítica e aprofundada das obras selecionadas, favorecendo a categorização de ideias e conceitos que subsidiaram a construção do embasamento teórico do artigo.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas buscas nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “comunicação inclusiva”, “professores e pais surdos”, “acessibilidade comunicacional”, “Libras e escola” e “inclusão escolar de surdos”. Inicialmente, aplicou-se um recorte temporal de 2020 a 2025, com o intuito de selecionar produções recentes. No entanto, diante da escassez de estudos específicos nesse intervalo, o período foi ampliado para os últimos 12 anos, abrangendo publicações entre 2013 e 2025.

A busca nas referidas bases, utilizando a combinação dos descritores “comunicação inclusiva”, “surdez” e “família-escola”, resultou inicialmente em aproximadamente 34 produções. Após a aplicação dos filtros de período, tipo de documento e área temática, permaneceram cerca de 21 estudos. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos, etapa em que foram excluídos os trabalhos que não apresentavam relação direta com a comunicação entre escola e famílias de pessoas surdas, restando aproximadamente 12 publicações para a leitura dos resumos.

A análise dos resumos possibilitou novo refinamento do corpus, com a exclusão de estudos que tratavam da comunicação inclusiva em contextos distintos do

educacional, como saúde, cultura ou ensino superior, ou que abordavam apenas o aluno surdo sem considerar a relação família-escola. Dessa forma, cinco trabalhos atenderam plenamente aos critérios de inclusão e foram selecionados para compor a análise final desta pesquisa. Os critérios de inclusão adotados foram: (a) abordar a comunicação inclusiva envolvendo pessoas surdas; (b) tratar do contexto educacional e/ou da relação família-escola; (c) apresentar relevância teórica ou empírica para os objetivos do estudo; e (d) estar disponível na íntegra. Foram excluídos estudos que: (a) focalizavam áreas não escolares, como contextos clínicos ou culturais; (b) tratavam exclusivamente da educação do aluno surdo sem considerar a participação da família; (c) abordavam outros níveis educacionais sem relação com a temática; ou (d) não correspondiam ao recorte temporal definido.

Após o refinamento das buscas, permaneceram apenas os trabalhos cujo título e resumo apresentavam relação direta com o foco da pesquisa, assegurando a seleção de produções alinhadas aos objetivos propostos. Para a análise dos dados, adotou-se a análise descritiva (Gil, 2008), que permitiu identificar, organizar e interpretar os principais temas, categorias e recorrências presentes nos estudos selecionados. Em síntese, a adoção desses procedimentos metodológicos, aliada ao rigor na escolha das fontes e à construção de uma base teórica consistente, possibilitou o desenvolvimento das análises e discussões apresentadas na seção seguinte, fundamentadas em produções que contribuem diretamente para responder à questão de pesquisa e dialogam de forma coerente com a temática em estudo.

5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A COMUNICAÇÃO INCLUSIVA: O QUE OS DADOS REVELAM

A comunicação entre a escola e famílias surdas, atravessada por desafios históricos e estruturais, revela-se como um aspecto central para a efetivação da educação inclusiva. Ao longo deste estudo, buscou-se compreender como essas relações se constituem no cotidiano escolar e de que maneira a presença — ou ausência — de mediações comunicacionais acessíveis impacta a participação das famílias na vida escolar de seus filhos. Os resultados aqui apresentados emergem das experiências vividas no contexto investigado, das produções selecionadas, e dão visibilidade às vozes que, muitas vezes, permanecem à margem dos processos educativos. Ao dialogar com o referencial teórico discutido anteriormente, esta seção

propõe refletir sobre os dados produzidos, evidenciando desafios, possibilidades e aprendizados que contribuem para repensar práticas mais humanas, dialógicas e inclusivas no contexto escolar.

A partir da análise das produções científicas selecionadas, foi possível identificar resultados relevantes que evidenciam os principais desafios e avanços presentes na comunicação entre professores ouvintes e pais surdos, no contexto escolar. No Quadro 1, estão relacionados os trabalhos selecionados para a pesquisa:

Quadro 1 – Produções científicas selecionadas para análise

Título	Autor	Base	Ano	Resumo
Acessibilidade comunicacional em ambientes culturais: Uma barreira a ser superada	Beltram, Felipe.	Google acadêmico	2013	Diante dos resultados da análise, conclui-se que, pela ausência no campo prático, a acessibilidade comunicacional deve integrar as discussões no campo teórico da comunicação e ampliar a reflexão do tema para as diversas áreas do conhecimento.
Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais	Ferreira; Et al.	Google acadêmico	2015	Nesta pesquisa verifica-se a importância da acessibilidade aos visitantes surdos, quanto aos recursos durante as exposições. Os estudos e as visitas de campo feitas, para a realização dessa pesquisa, proporcionaram a reflexão sobre a ação cultural que objetiva a acessibilidade.
Na família, na escola, na prática docente: relatos de barreiras de comunicação e de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas surdas.	Romário, Et al.	Google acadêmico	2023	Este artigo aborda as barreiras de comunicação e de acessibilidade presentes na vida das pessoas surdas no âmbito familiar, escolar e na prática docente, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa eram professores/as da Educação Básica e do Ensino Superior.
Conquistas e avanços da comunidade surda no decorrer de sua história	Moreira; Soares.	Capes periódicos	2024	O presente artigo, aborda as conquistas e desafios da comunidade surda, destacando a discriminação histórica e a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na comunicação e educação, o que representou um significativo avanço, mas que precisa ser ampliada.
Linguagens e				Este artigo apresenta os

recursos de acessibilidade comunicacional na eficácia do processo de comunicação: uma revisão de escopo	Santos; et al.	Scielo	2025	resultados de uma pesquisa de revisão sistemática da literatura, conduzida no formato de Revisão de Escopo, sobre linguagens e recursos de acessibilidade comunicacional. O objetivo da pesquisa foi mapear o conhecimento científico existente sobre o uso de linguagens e de recursos de Tecnologia Assistiva como ferramentas que promovem a acessibilidade comunicacional de pessoas com deficiências e/ou necessidades específicas, com foco no acesso e na disseminação da informação.
---	----------------	--------	------	--

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

De forma geral, os estudos apontam que a comunicação inclusiva ainda se configura como um dos maiores obstáculos para a efetiva participação das famílias surdas na vida escolar dos estudantes, comprometendo o acompanhamento pedagógico, o vínculo família e escola, além da construção de práticas inclusivas. Neste sentido, com o foco neste tema, a seguir, apresentam-se os trabalhos selecionados, organizados em ordem cronológica, destacando seus objetivos, metodologias e principais resultados, em diálogo com o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa.

O estudo de Beltram (2013), intitulado “Acessibilidade comunicacional em ambientes culturais: uma barreira a ser superada”, teve como objetivo analisar a acessibilidade comunicacional em espaços culturais, problematizando sua ausência como um fator limitador da participação de pessoas com deficiência, especialmente surdas. A pesquisa caracteriza-se como uma análise de natureza qualitativa, com enfoque teórico-reflexivo, fundamentada na revisão de literatura sobre comunicação e acessibilidade. Os resultados evidenciaram que, embora o debate sobre acessibilidade esteja presente no campo teórico, ainda há uma lacuna significativa entre o discurso e as práticas efetivamente implementadas nos espaços analisados. Esse achado dialoga com o que defendem autores como Lacerda (2005) e Mendes (2012), ao apontarem que a falta de mediações comunicacionais adequadas compromete o direito à participação e à informação, reforçando barreiras históricas enfrentadas pela comunidade surda.

Com relação ao estudo de Romário et al. (2023), intitulado “Na família, na

escola, na prática docente: relatos de barreiras de comunicação e de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas surdas”, seu objetivo foi abordar as barreiras de comunicação e de acessibilidade presentes na vida de pessoas surdas no âmbito familiar, escolar e na prática docente. A pesquisa foi realizada com professores e professoras da Educação Básica e do Ensino Superior, utilizando relatos sobre suas experiências e percepções em relação às dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos. Os resultados evidenciaram que, apesar de avanços teóricos e legais, ainda existem diversas barreiras que limitam a participação plena desses sujeitos, reforçando a necessidade de mediações comunicacionais adequadas em todos os contextos investigados.

Na sequência, o trabalho de Ferreira et al. (2015), intitulado “Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais”, teve como objetivo verificar a importância da acessibilidade comunicacional para visitantes surdos, considerando os recursos disponíveis durante exposições culturais. Trata-se de uma pesquisa de campo, com observação direta e análise das experiências vivenciadas por surdos em ambientes culturais. Os resultados indicaram que a ausência de recursos acessíveis, como intérpretes de Libras e materiais visuais adequados, limita significativamente a compreensão das informações e a experiência cultural desses sujeitos. Tal constatação reforça a discussão apresentada por Honora (2009) e Quadros (2004), ao enfatizarem que a comunicação em Libras é essencial para garantir o acesso pleno à informação, sendo insuficiente pensar inclusão sem considerar a dimensão linguística das pessoas surdas.

Avançando para produções mais recentes, o estudo de Moreira e Soares (2024), intitulado “Conquistas e avanços da comunidade surda no decorrer de sua história”, teve como objetivo analisar os avanços históricos e os desafios ainda enfrentados pela comunidade surda, com destaque para a importância da Libras na educação e na comunicação. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e histórico, discutindo marcos legais, sociais e educacionais. Os resultados apontam que, apesar das conquistas legais, como o reconhecimento da Libras, ainda persistem práticas excludentes e situações de discriminação que dificultam a plena inclusão. Esse cenário dialoga diretamente com o Decreto nº 5.626/2005, que assegura o direito à acessibilidade comunicacional, mas cuja efetivação ainda encontra obstáculos no cotidiano das instituições, especialmente no que se refere à participação das famílias surdas nos espaços escolares.

Por fim, o estudo de Santos et al. (2025), intitulado “Linguagens e recursos de acessibilidade comunicacional na eficácia do processo de comunicação: uma revisão de escopo”, teve como objetivo mapear a produção científica acerca do uso de linguagens e recursos de Tecnologia Assistiva voltados à acessibilidade comunicacional. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, conduzida no formato de revisão de escopo, com foco na identificação de estratégias que favoreçam o acesso e a disseminação da informação. Os resultados demonstraram que o uso de recursos acessíveis, aliado ao reconhecimento das diferentes formas de comunicação, é fundamental para promover a participação de pessoas com deficiência e necessidades específicas. Esses achados reforçam as discussões de Carvalho (2004), sobre igualdade de oportunidades e participação social, bem como evidenciam a necessidade de práticas institucionais que ultrapassem o cumprimento formal da legislação e avancem para ações efetivas de inclusão.

De modo articulado, os estudos analisados convergem ao evidenciar que a acessibilidade comunicacional constitui um elemento central para a inclusão de pessoas surdas, tanto no contexto educacional quanto em outros espaços sociais. A limitação de recursos, a atuação restrita de profissionais intérpretes de Libras e a ausência de políticas institucionais efetivas, continuam a produzir barreiras que afastam famílias surdas da participação ativa na vida escolar de seus filhos. Assim, os resultados desta pesquisa se alinham com o referencial teórico apresentado, reforçando a urgência de práticas comunicacionais mais humanas, acessíveis e comprometidas com a equidade, especialmente no que se refere à relação entre escola e famílias surdas.

Os resultados demonstram que grande parte das dificuldades decorre da ausência de profissionais qualificados em Libras no ambiente escolar, bem como da falta de domínio da língua pelos professores ouvintes. Muitos docentes relatam insegurança ao tentar estabelecer comunicação direta com pais surdos, o que frequentemente resulta na dependência de intérpretes ou na utilização de meios pouco eficazes, como bilhetes escritos em português, linguagem que nem sempre corresponde à proficiência linguística das famílias surdas.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se à insuficiência de formação inicial e continuada dos professores no que tange à educação de surdos e às práticas comunicacionais inclusivas. As pesquisas apresentadas destacam que, embora as políticas educacionais prevejam o uso da Libras e a acessibilidade

comunicacional, essas orientações nem sempre se materializam na prática escolar, gerando distanciamento entre professores e responsáveis. Por outro lado, alguns estudos evidenciam iniciativas positivas, como escolas que implementaram intérpretes de Libras, formação docente específica ou estratégias comunicativas visuais e tecnológicas, resultando em maior aproximação entre professores ouvintes e famílias surdas. Nessas experiências, observou-se melhora significativa na participação dos pais surdos, no acompanhamento escolar e no diálogo sobre o processo educativo de seus filhos.

Em síntese, os resultados revelam que, embora existam avanços pontuais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir uma comunicação inclusiva e efetiva entre professores ouvintes e pais surdos. Os desafios identificados reforçam a necessidade de investimentos em formação docente, acessibilidade comunicacional e políticas educacionais que assegurem condições reais de participação familiar no ambiente escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos constitui-se um elemento essencial para garantir a participação, o acesso à informação e a corresponsabilidade no processo educativo dos filhos. Quando esta comunicação não acontece de forma acessível, observa-se o distanciamento das famílias, limitações no acompanhamento escolar e prejuízos na construção de vínculos entre escola e comunidade. Neste sentido, buscando aprofundamentos sobre esta temática, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar desafios e estratégias na efetivação de uma comunicação inclusiva entre professores ouvintes e pais surdos.

Para tanto, foram realizadas pesquisas em distintas bases de dados, para que pudessemos averiguar como as produções científicas estão discutindo sobre esta temática. No que se refere aos objetivos específicos, o primeiro buscou discutir a comunicação inclusiva, abordando seus aspectos conceituais e legais. Este foi alcançado ao apresentar conceitos fundamentais, respaldados por autores que estudam a temática. No que diz respeito à comunicação inclusiva, destacou-se a importância de práticas que garantam o acesso à informação de forma equitativa. Quanto ao respaldo jurídico, o diálogo sobre o direito à acessibilidade comunicacional e suas garantias constituiu um ponto central da análise. Legislações como a Lei nº

10.098/2000 e o Decreto nº 5.626/2005, entre outras normas de igual relevância, asseguram a comunicação de pessoas surdas e reforçam a necessidade de sua efetiva implementação.

O segundo objetivo concentrou-se em destacar os desafios existentes na comunicação entre professores ouvintes e famílias surdas, evidenciando barreiras como a escassez de intérpretes de Libras, a insuficiência de formação docente voltada para o desenvolvimento de conhecimentos e fluência nessa língua, além da falta de reconhecimento da Libras, como instrumento legítimo, de comunicação com as famílias.

Já o terceiro objetivo, que examinou estratégias de acessibilidade comunicacional presentes nas produções científicas, permitiu identificar propostas como a formação continuada em Libras, ampliação da atuação de intérpretes, entre outras. As pesquisas analisadas apontam que essas estratégias, quando implementadas, promovem maior participação das famílias surdas, facilitam a compreensão dos conteúdos escolares pelos estudantes e fortalecem a interação entre escola e comunidade. Entretanto, as produções também evidenciam desafios, como a escassez de intérpretes de Libras nos espaços que são necessários, a falta de continuidade na formação docente e a resistência institucional em reconhecer a Libras como instrumento legítimo de comunicação.

A partir dessas constatações, torna-se evidente que, para que a comunicação inclusiva seja efetiva, faz-se necessária a articulação entre políticas públicas, investimentos em capacitação docente, para que as mediações entre estes profissionais e os pais surdos, sejam mais eficazes e efetivas. A utilização de práticas pedagógicas planejadas, garantindo a inclusão de forma sistemática e sustentável, configura-se assim, possibilidades para novas investigações com outros desdobramentos sobre esta temática.

Diante do embasamento teórico, articulados aos achados da pesquisa, evidenciamos que este estudo contribui para o aprofundamento das discussões acerca da acessibilidade comunicacional no contexto educacional, ao evidenciar que a comunicação inclusiva constitui elemento central para a efetivação da educação inclusiva, especialmente na relação entre escola e pais surdos. Ao articular reflexões teóricas com experiências vivenciadas no cotidiano escolar, a pesquisa amplia a compreensão sobre os desafios enfrentados pelas famílias surdas no acompanhamento da vida escolar de seus filhos, destacando a importância da

formação docente em Libras e do reconhecimento da cultura surda.

Além disso, o estudo reforça a pertinência da temática e da realização de outras pesquisas que demonstrem desdobramentos, sobretudo, pela necessidade de práticas diversificadas, institucionais, e que promovam o diálogo acessível entre escola e família, contribuindo para a construção de relações mais equitativas, participativas e comprometidas com a inclusão.

Concluimos que, a promoção de uma comunicação inclusiva depende da articulação integrada entre políticas públicas, formação contínua de docentes e práticas institucionais planejadas, de modo a superar as barreiras identificadas. A implementação de estratégias como capacitação continuada, ampliação da atuação de Intérpretes de Libras e a utilização de recursos pedagógicos adaptados, mostra-se essencial para assegurar aos pais surdos uma participação efetiva e significativa na vida escolar de seus filhos. Esta conduta poderá fortalecer a inclusão e promover um ambiente educacional mais acessível, equitativo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BELTRAM MARCELINO, Felipe. **Acessibilidade comunicacional em ambientes culturais: uma barreira a ser superada**. Porto Alegre, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 09 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

COSTA, Vanessa Luciana Branco da. Comunicação inclusiva para pessoas com transtorno do espectro autista em eventos. 2024. (Curso Superior de Tecnologia em Eventos) – Faculdade de Tecnologia Deputado Ary Fossen, Jundiaí, 2024.

FERRERA DA SILVA, João Paulo; ROJAS, Angelina Accetta; TEIXEIRA, Gerlinde Agate Platias Brasil. Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais. **Conhecimento e Diversidade**, Niterói, v. 13, p. 103–115, jan./jun. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 220p.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Eliane; LOPES, Maria. **Livro ilustrativo da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina. **O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental**. Contrapontos, Itajaí, v. 5, n. 3, p. 353–367, 2005.

MENDES, Regina Maria Russiano. Afinal: intérprete de língua de sinais, intérprete educacional, professor-intérprete ou auxiliar? In: ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia (org.). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: Feneis-SP, 2012. P. 75–107.

MOREIRA, Sara dos Santos; BARBOSA, Maria Cláudia Soares Gomes. Conquistas e avanços da comunidade surda no decorrer de sua história. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2024.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1–5, 1996.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos do CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141–162, 2006.

ROMÁRIO, Lucas; OLIVEIRA, Lincoln Damascena; LIMA, Vanessa Ferreira. Na família, na escola, na prática docente: relatos de barreiras de comunicação e de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas surdas. **Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau**, v. 18, e9779, 2023.

SANTOS, Ana Rita Rodrigues dos; ROMANI, Elizabeth; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. Linguagens e recursos de acessibilidade comunicacional na eficácia do processo de comunicação: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores. In: **Interlocuções pedagógicas**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

STREIECHEN, Eliziane Manosso; LEMKE, Cibele Krause; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Implicações da língua de sinais na aquisição da escrita de filhos ouvintes de pais surdos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1–19, 2019.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. P. 51–61.

UNESCO. **Diretrizes para comunicação inclusiva**. Paris: UNESCO, 2020.

VIEIRA, Keila Rosa et al. **Estratégias de comunicação inclusiva**: promovendo a participação de todos. Internacional Missioneira, 2025.

ANEXOS



70 anos da UFPB – 15 anos do GEPEEEs

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins institucionais, que o artigo ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES E PAIS SURDOS: SITUANDO DESAFIOS E ESTRATÉGIAS foi apresentado por seus autores, a saber: **Raquel Alencar Benício Lima**, durante a realização do evento acadêmico IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS – SECAMPO, que teve o tema "PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE", respectivamente explicitado, dialogado e defendido no GT 6: Educação, turismo, desenvolvimento territorial, educação inclusiva, economia solidária e criativa, turismo, tendo como Coordenadores mediadores: Dr^a. Fernanda Marques de Almeida Holanda - Vice-Diretora do CCAE - UFPB, Brasil; Dr. Nilton Ferreira Bittencourt Junior - DED - CCAE - UFPB, Brasil; - Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro – Incubes – UFPB; Dr. Saulo Emmuel Vieira Maciel – Dep. Ciências Sociais Aplicadas – Cood. Administração – UFPB; Prof. Dr. Cicero Pedroza da Silva – SEEPB - PPGE - UFPB, Brasil, sendo realizado na modalidade *on line*, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Aplicadas em Educação, Departamento de Educação, e estruturado e desenvolvido pela coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Etnia e Economia Solidária – GEPEEEs, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2025, com carga horária total de 16 horas.

Mamanguape – Paraíba, 10 de dezembro de 2025

PhD PAULO ROBERTO PALHANO SILVA

Coordenador Geral do IX SECAMPO

Assessoria de Assuntos Institucionais do CCAE – UFPB

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Etnia e Economia Solidária – GEPEEEs.

Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO PALHANO SILVA
 Data: 10/12/2025 18:52:00 -0000
 Verifique em: <https://validar.br.gov.br>

Obs: Conferência da informação deve ser realizada no site oficial do IX SECAMPO.

[IX Seminário Internacional de Práticas Educativas - SECAMPO](https://www.ccae.ufpb.br/secampo/programacao.html)
<https://www.ccae.ufpb.br/secampo/programacao.html>

Em tempo: Certificado será expedido em 2026.